

# *Um Lugar no Limite entre o Ocidente e o Oriente: O Brasil do Século XIX, Pós-Colonialismo e Análise de Sistema-Mundo*

*Alexandre de Oliveira Kappaun*

**Vínculo Institucional:** MA in *Gender Studies* pela *Central European University* (Budapeste, Hungria). Foi professor de Relações Internacionais, da Universidade Candido Mendes (Campos dos Goytacazes) e de Economia do Centro Universitário Redentor e da Universidade Católica de Petrópolis. É atualmente tradutor e escritor. Contato: alexkappaun@hotmail.com.

## **Resumo:**

O presente trabalho busca integrar dois corpos distintos de literatura – pós-colonialismo e análise de sistema-mundo –, com o objetivo de melhor analisar o Brasil, no contexto latino-americano, tanto em sua inserção na economia capitalista do século XIX, como através das imagens e percepções do país, a partir da interseção entre dois discursos: orientalismo e ocidentalismo. Para ilustrar a potencialidade da integração dessas duas perspectivas de análise, junto com a discussão teórica, procurou-se ressaltar as questões relacionadas ao conceito de gênero e “raça”, a partir de um exame das condições de vidas das mulheres brasileiras no período estudado.

## **Palavras-chaves:**

Pós-Colonialismo; Análise de Sistema-Mundo; Brasil do Século XIX; Orientalismo; Ocidentalismo; Gênero; “Raça”; Condições de Vida; Século XIX.

## **Abstract:**

This paper attempts to integrate two different bodies of literature – post-colonialism and world-system analysis – aiming to better analyze Brazil within the Latin-American context, both in its insertion in the nineteenth-century capitalist economy, as well as through images and perceptions of the country from the interception between two discourses: Orientalism and Occidentalism. To illustrate the potentiality of such an integration of those two analytical perspectives, together with the theoretical discussion, issues

related to the concept of gender and “race” were highlighted, based upon a survey of the Brazilian women living condition during the period studied.

**Keywords:**

Post-colonialism; World-System Analysis; Nineteenth-Century Brazil; Orientalism, Occidentalism; Gender; “Race”; Life Conditions.

## Introdução

Em um livro seminal, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (2001), Edward Said analisa atitudes colonialista e racista resultantes de um discurso construído, no mundo ocidental, de subjugação e domínio de suas colônias em todo o planeta. De acordo com Said, o Ocidente, particularmente a Europa, desenvolveram uma visão do Oriente como uma imagem invertida da cultura ocidental. Em outras palavras, ou Oriente foi construído como um *Outro* antagônico, em relação ao qual o Ocidente era visto como a norma. Construindo, por conseguinte, a superioridade do mundo ocidental em comparação com o oriental.

Na verdade, não foi apenas em relação ao Oriente Médio que se construiu um discurso orientalista. Em outras partes do mundo, também, foram construído discursos “orientalistas”, com o objetivo de subjugar e dominar. No livro, *Cultura e Imperialismo* (1994), Said estendera seu argumento acerca do orientalismo para outras partes do globo. Para ele, imperialismo e orientalismo caminharam lado a lado, na maior parte mundo não-europeu ocidental. O imperialismo e o colonialismo eram as razões por trás da diferenciação hierárquica entre a Europa ocidental e as suas possessões coloniais espalhadas por todo planeta.

Ao mesmo tempo, contudo, “as Américas, ao contrário da Ásia e da África, não são diferentes da Europa, mas sua extensão” (MIGNOLO, 2003, p. 82). Intelectuais como Walter Mignolo, Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein têm argumentado que a “América foi concebida como a filha da Europa e o seu futuro prometido. A Ásia e a África eram o passado, a América o futuro” (idem).

Para compreender a colonização europeia das Américas, Mignolo defende que a análise do sistema-mundo, como desenvolvida por Immanuel Wallerstein, deveria ser integrada à teoria da “pós-colonialidade”. A história do sistema-mundo moderno pode ser dividida em duas partes.

Primeiro, houve o período que vai do final da Idade Média até aproximadamente a metade do século XVIII, durante o qual ocorre a construção e a consolidação do sistema-mundo capitalista europeu, em paralelo com a colonização das Américas iniciada por Portugal e pela Espanha. Nessa primeira fase, a colonização do continente americano supriu a Europa ocidental da acumulação de capital necessária à constituição da economia-mundo capitalista. Em segundo lugar, há o período do século XVIII em diante, quando a economia-mundo capitalista europeia se expande para o resto do mundo, com a conquista e a colonização da África, da Ásia e do Pacífico.

Este trabalho é uma tentativa de situar as imagens e percepções a respeito do Brasil do século XIX na interseção destes dois discursos: orientalismo e ocidentalismo. Desde os tempos de sua “descoberta”, pelos portugueses, o Brasil tem sido descrito como um “Éden tropical” ou uma utopia (lugar nenhum) e, frequentemente, o país tem sido localizado fora do tempo e do espaço: não se sentindo como parte de América Latina; nem da Europa, da África ou da Ásia; em suma, um país de lugar nenhum. O meu argumento é o de que, embora o Brasil – bem como o restante do continente americano – foi uma parte crucial na constituição do sistema-mundo moderno, o país nunca foi percebido, pelos europeus, como um filho da civilização europeia (pelo menos, não um filho legítimo), sobretudo devido a uma sociedade multi e inter-racial.

O trabalho será dividido em três partes. Na primeira, eu desenvolverei a discussão sobre a integração da teoria pós-colonial com a análise do sistema-mundo. Na segunda, a discussão passa do contexto histórico mais amplo da América Latina, para o caso brasileiro. Na terceira, serão examinadas questões de gênero e “raça”<sup>1</sup>, na construção histórica brasileira.

<sup>1</sup> Colocar a palavra “raça” entre aspas tem o objetivo de sinalizar que “o conceito não tem validade nenhuma para a biologia humana, contudo tem uma poderosa presença nas sociedades humanas” (BHAVNANI, 2001, p. 11).

### Integrando a teoria pós-colonial e a análise de sistema-mundo

Em 1992, Quijano e Wallerstein (1992) escreveram o artigo “Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System”, no qual afirmam que

*o moderno sistema mundial nasceu no longo século XVI. As Américas, como construto social nasceram no longo século XVI. A criação dessa entidade geossocial, as Américas, foi o ato constitutivo do sistema mundial moderno. As Américas não foram incorporadas a uma economia capitalista mundial já existente. Não poderia ter havido uma economia capitalista mundial sem as Américas (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, p. 549, tradução nossa).*

E, portanto, as Américas devem ser vistas como o “extremo Ocidente”, e não o Oriente.

A análise do sistema-mundo e a teoria pós-colonial podem ser os melhores instrumentos para compreender as mudanças social, cultural e política que aconteceram durante todo o processo de construção do Estado e da nação de uma ex-colônia, como no caso brasileiro. De um lado, está a análise do sistema-mundo, que é um conjunto de literatura, sob a influência do marxismo moderno, que tem o objetivo de analisar a expansão global do capitalismo europeu, por meio dos fenômenos do imperialismo e do colonialismo. Do outro, a teoria pós-colonial, um conjunto de literatura que almeja lidar com as práticas sociais, políticas e culturais que surgem em resposta e como uma forma de resistência ao imperialismo e ao colonialismo.

A principal razão por escolher a análise do sistema-mundo e a teoria pós-colonial é que elas podem ser complementares entre si. Ao passo que a primeira tem como seu foco central a estrutura econômica (HOBDEN e JONES, 2001, pp. 203-204), a teoria pós-colonial comumente enfoca

os níveis cultural e político. Estes três níveis de estruturas – econômico, cultural e político – estão inter-relacionados, mas não de maneira determinista. Porém, mais importante: a análise do sistema-mundo retrata a expansão da hegemonia ocidental para todos os cantos do mundo, enquanto a teoria pós-colonial concentra esforços para descobrir (ou revelar) as reações a essa expansão, a partir da perspectiva do(s) mundo(s) (pós) colonial(ais).

O principal objetivo dos estudos pós-coloniais é o de acessar e analisar os efeitos globais do colonialismo, mais precisamente, do colonialismo europeu. O Orientalismo, de Edward Said é uma das obras “fundadoras” da teoria colonial. O livro é sobre a construção das imagens do Oriente, na cultura europeia. De acordo com Said, o Ocidente, particularmente os países avançados da Europa ocidental, tem desenvolvido uma visão do Oriente, como a oposição da cultura ocidental. O Oriente tem sido construído como um Outro antagônico e inferior, em relação ao qual o Ocidente é considerado a norma.

Segundo Said, o Orientalismo, enquanto um discurso dominante foi desenvolvido através dos trabalhos de cientistas, exploradores, acadêmicos e artistas, que não apenas tentavam estudar o Oriente misterioso, mas também tentavam dominá-lo. O orientalismo é, portanto, uma forma de controle e dominação política e cultural. Uma das principais críticas contra o trabalho de Said, no entanto, está no fato dele subestimar a importância da estrutura econômica do colonialismo. Visto que a contribuição de Said vem do campo dos estudos literários e culturais, ele não enfoca as raízes econômicas do discurso orientalista (OLMSTED, 2004, p. 166).

Outra crítica importante que pode ser feita ao trabalho de Said é que ele analisa a expansão colonial ocidental do século XIX, considerando, sobretudo, a influência dos povos britânico e francês na construção de um discurso hegemônico. Ele não reconhece a importância de outras nações, como Portugal e Espanha, na constituição do

mundo colonial. O conceito de orientalismo de Said e a literatura pós-colonial que seguiu a trilha por ele aberta são um tanto problemáticos para o estudo da colonização das Américas, por considerarem o século XVIII e o Iluminismo como pontos de partida para o colonialismo e o imperialismo modernos. Tal ponto de partida deixa de reconhecer a colonização da América Latina e a sua colonização, a partir do século XVI.

Já para Mignolo, as Américas são uma peça central na constituição do Ocidente. Como ele colocou,

*o ocidentalismo foi uma rearticulação planetária durante o século XVI que continuou como o imaginário dominante do sistema mundial colonial/moderno e da modernidade/colonialidade. "Índias Occidentales" e "América Latina" tornaram-se peças cruciais naquela redistribuição e, de fato, tornaram possível o orientalismo. No entanto, e de forma bastante paradoxal, a emergência do orientalismo (na análise de Said [...]) coincidiu com o segundo estágio da modernidade como uma transformação interimperial do capitalismo e do sistema mundial colonial/moderno, com a Inglaterra e a França se expandindo na direção da Ásia e da África (MIGNOLO, 2003, p. 87).*

Em outras palavras, a América Latina é uma parte essencial do Ocidente, e não do Oriente, por causa da sua centralidade para a constituição do capitalismo mundial.

A análise do sistema-mundo reconhece que, durante o processo de constituição e expansão do capitalismo europeu, uma grande estrutura foi construída, dividindo o mundo capitalista em três partes interdependentes: centro, semiperiferia e periferia (WALLERSTEIN, 2004). Devido à exploração dos países subdesenvolvidos da periferia e semiperiferia, pelos países centrais no interior do sistema-mundo, a periferia e a semiperiferia tendem a permanecer para trás, na divisão hierárquica capitalista do mundo e,

contrariamente às teorias liberais do desenvolvimento econômico, elas não evoluirão “naturalmente”, ou guiada pela “mão invisível do mercado”, para a condição de países desenvolvidos. Esse tipo de estrutura é uma das principais razões por que é muito mais difícil para as antigas colônias se tornarem parte do mundo desenvolvido, depois de suas independências políticas. Mesmo depois de conquistar a autonomia política das suas antigas metrópoles, a periferia e a semiperiferia ainda estavam economicamente subordinadas aos países no centro do sistema-mundo<sup>2</sup>.

A análise do sistema-mundo explica, portanto, a posição subalterna do Brasil no século XIX. Primeiro, enquanto uma colônia, no início do século, o Brasil situava-se na periferia, não apenas do Império português, mas também do sistema capitalista europeu. Mesmo depois da sua independência política, em 1822, a nova nação brasileira permanecia na periferia da economia-mundo, dependendo das suas exportações de bens primários para poder arcar com a importação de bens manufaturados e com os empréstimos internacionais que o país contraía, por exemplo, durante o seu processo de independência e na guerra contra o Paraguai (1865-1870).

Contudo, isso ainda não é tudo. O Brasil não estava apenas localizado nas margens do sistema-mundo e, também, não era apenas afetado pelas relações hierárquicas

<sup>2</sup> Escrevi sobre o a periferia e a semiperiferia como se esses dois termos fossem sinônimos ou intercambiáveis, o que não é verdade. Como o próprio termo deixa entrever, a semiperiferia encontra-se em uma posição intermediária entre o centro e a periferia do sistema. Explicando melhor, a semiperiferia explora a periferia, como o centro, mas é também explorada por este. A existência da semiperiferia confere certa estabilidade ao sistema-mundo capitalista, ao não permitir que a impressão de exploração se generalize, visto que os países periféricos podem, ao menos em tese, aspirar à condição de semiperiferia e estes, a de centro. A estabilidade do sistema, portanto, não significa imobilidade. Os países podem, em alguns casos, mudar de posição no interior do sistema-mundo, sem, contudo, precisar necessariamente mudar o sistema. Por exemplo, pode-se dizer que, durante os séculos XVI e XVII, Portugal e Espanha encontravam-se no centro do sistema-mundo europeu, que então surgia. Todavia, nos séculos XVIII e XIX os dois países ibéricos já haviam passado à condição de semiperiferia, enquanto que Holanda, França e Inglaterra ascendiam ao centro do sistema.

entre o centro e a periferia dentro da economia-mundo. A sociedade brasileira – como qualquer outra sociedade (pós) colonial – tinha as suas próprias maneiras de reagir ao mundo ocidental. Ideias e valores ocidentais não eram apenas impostos e importados pelas elites brasileiras. Eles não eram meramente copiados pelos homens e mulheres brasileiros. Havia um processo através do qual estas “ideologias” ocidentais interagiam com os valores da sociedade brasileira e, conseqüentemente, eram transformados (KIRKENDALL, 2002). Na sociedade agrária brasileira, extremamente dependente da escravidão e sob uma forte influência da Igreja Católica, essas mudanças e adaptações eram cruciais à sobrevivência socioeconômica das elites e da sociedade que elas estavam construindo no novo país. Ao prestar atenção a esse processo, nós reconhecemos à capacidade de agir dos homens e mulheres que estavam importando, adaptando e modificando as ideias que vinham de fora.<sup>3</sup>

#### **Brasil: da “colonialidade” à “pós-colonialidade”; de um centro na periferia a uma periferia no centro**

Foi a partir do final do período colonial, começando pela época quando Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como marquês de Pombal ou simplesmente Pombal – o primeiro ministro do Rei Dom José I, que reinou de 1750 a 1777 – até o interlúdio durante o qual a capital do Império português foi transferida para o Brasil, de 1808 a 1821 – e durante o restante do século XIX, que as elites portuguesa e brasileira começaram a construir dois sentimentos diferentes de identidade nacional. Se, por um lado, a elite brasileira (particularmente a partir de 1808) queria afrouxar os laços coloniais entre Portugal e Brasil, por

outro lado, a elite portuguesa queria justamente aumentar o controle sobre o Brasil, com o objetivo de tentar reverter o declínio do império português. É interessante notar que ambos os sentimentos de identidade começavam a ser fortemente influenciados pelas ideias do Iluminismo que estavam em discussão nos países ocidentais.

É claro que, como defende o pensamento pós-colonial, essa influência não era meramente passiva, tanto em Portugal quanto no Brasil ocorria o processo de modificação e adaptação desse pensamento hegemônico. Conforme colocou Francisco José Calazans Falcon, ao falar acerca do caráter da Ilustração portuguesa:

*o de uma ideologia estruturada alhures e para ali transferida, modificando-se bastante no decurso desse movimento, que é não um simples “reflexo” mas uma verdadeira releitura, uma reinterpretação do discurso ilustrado em função das condições concretas ali existentes, de onde resultou uma construção ao mesmo tempo nova e original, cujas limitações e peculiaridades devem ser entendidas como resultantes de tais determinações de natureza histórica (FALCON, 1993, p. 197).*

Mas, apesar disso, o simples fato dessa Ilustração ter ocorrido no interior do Império português, demonstra que as elites portuguesa e brasileira haviam aderido ao projeto hegemônico de modernização e ocidentalização dos seus respectivos países (FALCON, 1993; MAXWELL, 1995; MALERBA, 2000; SCHULTZ, 2001; e KIRKENDALL, 2002).

Desde o momento quando a corte portuguesa chegou ao Brasil, em 1808, até a partida da família real de volta para Lisboa, em 1821, o Rio de Janeiro tornou-se, durante treze anos, a capital do império português e Portugal, em uma completa inversão das hierarquias coloniais, tornou-se a “colônia”. Durante esse intervalo, as definições globais, estruturas, instituições e a hierarquia (incluindo formas de comportamento de acordo com gênero,

<sup>3</sup> Esse processo de transformação das ideologias ocidentais é o que Homi Bhabha chama de processo de “mímica” e “hibridização” nas relações entre a colônia e a metrópole (BHABHA, 2005, pp. 129-138). É também o processo que Mignolo procura explicar com o uso da sua ideia de “gnose liminar” ou “pensamento liminar”, que analisa como os conhecimentos e os poderes coloniais ou imperialistas operam nos “limites dos impérios coloniais”. Esses limites ou margens são, segundo Mignolo, o local onde as duas culturas (a do colonizador e a do colonizado) se misturam em uma síntese extremamente original (MIGNOLO, 2000, pp. 79-130).

classe e/ou “raça”) de centro e periferia, mundos colonial e metropolitano, vieram a ser redefinidas e contestadas várias vezes. Isso veio a causar importantes mudanças que levariam, por fim, a independência política do Brasil, em 1822 (MALERBA, 2000; e SCHULTZ, 2001).

Como essas mudanças afetaram o processo de independência? Em primeiro lugar, ao se tornar o centro de um império, a elite brasileira começou a se beneficiar, não apenas economicamente, mas também socialmente. Com isso eu quero dizer que a elite brasileira começou a gozar do *status* social de ser a corte, com todo o poder simbólico que a etiqueta cortesã traz para os seus membros. A elite brasileira, que já vinha, há muito tempo, tendo um poder econômico maior do que o da elite portuguesa decadente, foi capaz, então, de adquirir poder social e de se sentir igual – e em muitos casos, até superior – à elite portuguesa. Nesse processo, as transformações culturais introduzidas pela corte e a sua etiqueta teve uma enorme importância (MALERBA, 2000).

Em termos políticos, o período durante o qual o Rio de Janeiro tornou-se a “Versalhes tropical” (SCHULTZ, 2001) também foi importante para a centralização da vida política e econômica da colônia em torno da capital. Anteriormente, as diferentes e distantes regiões da antiga colônia eram, em muitos casos, muito mais ligadas a Lisboa e a Portugal, do que entre si ou à cidade do Rio de Janeiro. Provavelmente, caso a família real portuguesa não tivesse vindo para o Brasil e a vida política da colônia não tivesse se organizado ao redor do Rio de Janeiro, a colônia portuguesa, depois da sua independência política, teria se desintegrado em diversos países menores, como aconteceu com as antigas colônias espanholas. Outra importante consequência política do “exílio” da corte no Brasil foi o fato de se ter criado toda uma infraestrutura que depois deu suporte à futura monarquia brasileira. Essa é a razão pela qual não deveria haver surpresa no fato do Brasil ter adotado a forma monárquica de governo, e não a republicana, em oposição ao que aconteceu na América espanhola.

O projeto nacional, no Brasil, foi um resultado das principais mudanças que estavam acontecendo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América, durante a época do Iluminismo e das revoluções americana e francesa. Desde o final do século XVIII, muitos membros masculinos da elite brasileira viajavam para Europa, em particular para a Universidade de Coimbra, em Portugal, ou para alguma outra universidade, na França ou na Inglaterra, para concluir sua educação e no processo eles acabavam sendo influenciados pelas discussões das teorias liberais que estavam acontecendo na Europa ocidental e na América do norte. Mais uma vez, no entanto, eles não estavam apenas “importando” essas ideias ocidentais. Eles estavam modificando-as e adaptando-as ao contexto brasileiro. Por exemplo, muitos desses liberais não viam dificuldade em se adotar formas liberais de se pensar e, ao mesmo tempo, defender a importância econômica da escravidão para o país.

Com a proclamação da Independência, em 1822, “o regime monárquico transplantado da Europa continuou no Brasil” (RIBEIRO JR., 1987, p. 151). A grande maioria dos brasileiros já estavam habituados com a “ideologia monárquica” (idem). Desta forma, o Brasil se tornou uma exceção na América Latina: uma monarquia no meio de diversas repúblicas. Na verdade, a elite brasileira da época receava a desordem constante e as convulsões das repúblicas americanas. “As experiências latino-americanas atemorizavam as elites brasileiras” (RIBEIRO JR., 1987, p. 153). Movimentos que buscavam implantar o regime republicano, como a Cabanagem, a Sabinada e a Balaiada foram desarticulados e sufocados, a fim de se evitar a radicalização política e de se manter o *status quo*.

Vale a pena ressaltar que, grosso modo, as elites brasileiras estavam divididas em liberais, no sul, e conservadores, no norte, durante o século XIX. Antes da independência política e no decorrer do Primeiro Império (1822-31), o liberalismo foi usado com o objetivo de conquistar a emancipação do domínio colonial e para lutar contra o absolutismo monárquico (COSTA, 2000, p.xxii).

Depois de 1831, quando outros grupos sociais (uma classe média urbana incipiente, abolicionistas, proto-feministas etc.) apareceram na arena política, lutando por demandas mais radicais, os membros liberais da elite começaram a introduzir cada vez mais elementos de conservadorismo em sua “tradução” do liberalismo para o contexto brasileiro. Isso sem falar nos liberais que simplesmente mudavam de convicção política, passando para os hostes do “movimento” conservador, como foi o caso do político mineiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que em maio de 1838 declarou em discurso,

*Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava na aspiração de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista<sup>4</sup> (ENGEL, 2002, p. 91).*

Ou seja, a partir do momento em que o liberalismo e a suposta “democracia” a que o líder regressista Bernardo de Vasconcelos se referiu passaram a se tornar uma ameaça aos interesses de elite fluminense, esta passa, aos poucos a descartar tanto o liberalismo como a “democracia”.

Não obstante, as estruturas socioeconômicas do Brasil depois da conquista de sua independência política não mudaram muito, se comparadas ao período colonial (COSTA, 2000). O país permanecia um exportador de

produtos tropicais e um importador de bens manufaturados e de capital. A sua economia ainda estava baseada no sistema de plantation, grandes propriedades monoculturas, que exigiam trabalho escravo para poder produzir. Na realidade, a gigantesca população brasileira de negros e mestiços sempre foi o maior obstáculo para a aceitação do Brasil como um verdadeiro país “ocidental” e a razão pela qual o país, durante todo o século XIX era visto como um Oriente exótico. Por exemplo, viajantes britânicos, no país a essa época, consideravam a escravidão como a prova mais forte de uma sociedade brasileira “incivilizada” (QUINTANEIRO, 1996). Já para os viajantes norte-americanos, eles mesmos acostumados com a escravidão em seu país, o maior sinal de uma cultura “bárbara” não era o escravismo, mas sim a miscigenação “racial” e a consequente população mestiça (idem). Uma das soluções encontradas para a questão “racial” e, então, defendida apaixonadamente pela vasta maioria da elite brasileira foi a tese do “branqueamento” da “raça” brasileira e as consequentes políticas que advieram dessa tese, como a política de “branqueamento” através do incentivo à imigração europeia, sobretudo a partir do final do século XIX (SKIDMORE, 1974).

Nem mesmo a presença de um imperador “vitoriano” esclarecido, como Dom Pedro II, fazia o país ser aceito como igual pelas potências ocidentais. O imperador era realmente um imperador europeu – sobretudo por causa da sua cultura vitoriana, e não por causa do seu passado português – os viajantes reconheciam isto, e este fato tornava o Brasil ainda mais exótico, porém o país e a sua população “certamente” não eram ocidentais. Na realidade, uma das principais dificuldades para a elite brasileira e o seu imperador era o fato deles serem herdeiros da civilização portuguesa. O povo português (juntamente com o espanhol) era considerado por muitos ocidentais (em particular, por cidadãos britânicos e estadunidenses) como pertencendo a uma “raça” inferior. Uma que não foi nunca considerada totalmente “europeia”, devido, sobretudo, a sua miscigenação com os povos árabes, decorrente da invasão

<sup>4</sup> Segundo o *Dicionário do Brasil Imperial*, “o regresso foi o movimento que, sob a liderança de representantes políticos da cafeicultura escravista do vale do Paraíba e dos grandes comerciantes na cidade do Rio de Janeiro, propôs o restabelecimento da centralização política do império nos moldes da Constituição de 1824. O projeto defendido pelos chamados *regressistas* pressupunha uma centralização que não apenas assegurasse a manutenção da hegemonia do Rio de Janeiro, mas conferisse ao imperador, no exercício do Poder Moderador, um controle efetivo do Executivo e do Legislativo” (ENGEL, 2002, p. 626).

da Península Ibérica por estes (FREYRE, 1983) e devido à tradição católica portuguesa (FALCON, 1993). Aliás, segundo Falcon, entre Portugal e a Europa havia

*uma exclusão recíproca: a de Portugal, em relação à Europa, e a da Europa em relação a Portugal. A primeira ressalta visível, dominadora, da própria historiografia. A segunda pode ser avaliada a partir de uma verificação simples: ao elaborarem, nos fins da década de 1950, seus trabalhos sobre a "Revolução do Ocidente" ou "Atlântica", R. R. Palmer e J. Godechot omitiram por completo a monarquia lusa. Quando muito, talvez, poder-se-ia deduzir que Palmer situa Portugal, em conexão com as chamadas áreas coloniais da Europa, na quarta das "zonas socioeconômicas" que define, enquanto Godechot, ao aproximar as estruturas espanholas e do sul da Itália daquelas existentes no leste europeu – Europa Oriental –, deixa supor que aí também se deva incluir o reino luso. Que não se trata de algo fortuito comprova-se através de quase todas as histórias gerais ou da Europa já publicadas, nas quais Portugal ou não é citado, ou é reduzido a meia dúzia de frases convencionais (FALCON, 1993, p. 159).*

Tal exclusão com relação a Portugal foi espelhada por importantes setores da elite brasileira, principalmente através da importação de modismos e ideias europeias, sobretudo francesas, e na aversão que essa mesma elite sentia em relação ao seu passado português, considerado muitas vezes, a origem de todos os males enfrentados pela jovem nação.

Em síntese estas eram as duas principais razões por que o Brasil não era considerado um filho legítimo da civilização europeia: primeiro, por causa da sua população não-branca; e segundo, por causa do passado português de sua elite e do seu imperador. Apesar disso, o Brasil era um país que almejava ser considerado como verdadeiramente ocidental. Isso explicaria todas as tentativas da elite

dominante e, em particular, do seu imperador de reproduzir uma espécie de monarquia vitoriana, em um país tão ostensivamente "não-vitoriano" (SCHWARCZ, 1998).

### A vida das mulheres no Brasil do século XIX

O exame da vida das mulheres brasileiras no século XIX é inspirado pelas conclusões tiradas da análise feminista do orientalismo, como a desenvolvida por Reina Lewis (1996). Esses estudos são muito importantes no reconhecimento de como os países ocidentais avançados usaram (e ainda usam) as condições de vida das mulheres em uma dada sociedade para "descobrir" quão "oriental" (e, portanto, inferior ao Ocidente), ou não, essa sociedade é. Tal discurso orientalista é usado como uma justificativa para intervenções e até mesmo para a ocupação e a colonização das sociedades visadas, a partir da desculpa de "civilizar" esses países e "libertar" suas mulheres. Como uma reação direta a isso, na maior parte das sociedades colonizadas o lugar das mulheres na comunidade é visto como um constituinte essencial de suas culturas e, consequentemente, não deve ser mudado. Esse é o motivo por que os países colonizados, depois de suas independências políticas, costumam adotar formas seletivas de "modernização" (ou "ocidentalização"), adotando muitos dos valores ocidentais no que diz respeito à economia, política e à ciência, deixando de lado aqueles que melhorariam a vida das mulheres.

De forma similar, isso também foi o que aconteceu com a condição de vida das mulheres no Brasil, durante a colônia e depois da independência. Por um lado, as mulheres brancas de classe alta estavam confinadas em uma sociedade patriarcal, devido ao simples fato delas serem tão poucas, que eram vistas como uma espécie de "tesouro" a ser guardado, para a perpetuação da sociedade portuguesa – durante o período colonial – e da brasileira – depois da independência. Esse hábito do confinamento das mulheres se perpetuou de tal maneira, que ainda durante muito tempo, foi considerado uma parte importante da cultura brasileira, a ser defendida ante as intromissões de valores

estrangeiros. Esse confinamento era até mesmo justificado, como sendo feito pelo próprio “bem” das mulheres em questão, visto que elas seriam incapazes de lidar com os selvagens, negros e índios, e as feras da selva tropical (PRIORE, 1993; HAHNER, 1990; QUINTANEIRO, 1996). Por outro lado, as mulheres não-brancas, devido a sua posição social inferior de escravas ou trabalhadoras pobres, não ficavam restritas ao confinamento de espaço doméstico, sendo capazes de trafegar entre as esferas pública e privada com muito mais liberdade, se comparadas às mulheres brancas, como foi o caso da negra Chica da Silva, durante o período colonial (FURTADO, 2003). Havia, ainda, o caso de mulheres brancas viúvas, que passavam a administrar, com enorme sucesso, suas propriedades e escravos, mas mesmo assim, apesar das evidências em contrário, permanecia, no discurso dominante, a caracterização das mulheres como seres fracos e incapazes.

A sociedade brasileira era marcada por um forte regime patriarcal desde os tempos coloniais. Segundo Frédéric Mauro, que estudou a vida cotidiana no Brasil de Dom Pedro II:

*Era de fato muito característico do regime patriarcal que o homem fizesse da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele o sexo forte, ela o frágil. Ele o sexo nobre, ela o belo sexo (MAURO, 1991, p. 161-162).*

Ao longo do século XIX, contudo, especialmente durante o reinado de Dom Pedro II, a condição feminina no Brasil sofreu uma profunda evolução. Conforme ressalta Mauro:

*O viajante inglês Mansfield, de visita ao Brasil em 1850, sentiu-se mais em casa nas grandes residências familiares que o seu compatriota Luccock cinquenta anos antes. Nelas tocava-se piano.*

*Algumas delas lembravam-lhe as casas do campo inglesas de terceira categoria. Em uma delas a dona de casa não descia para jantar com os convidados, mas aparecia depois, e era ela quem servia o chá. Tratava-se, como observou Gilberto Freyre, de um meio-termo entre o velho estilo brasileiro patriarcal, onde a mulher não aparecia nunca diante de estranhos, e o da Europa burguesa, onde ela presidia o jantar e tomava parte na conversa dos homens (MAURO, 1991, p. 161).*

Não obstante toda essa evolução, a posição da mulher brasileira no século XIX, de modo geral, estava bem distante da posição feminina em países europeus ocidentais como a Inglaterra ou a França. Em muitos casos, a mulher das famílias da elite brasileira da época eram vistas quase como um adorno ou um objeto a ser exibido para o eventual visitante, como no caso acima, da mulher que não descia para jantar e tomar parte da conversa com os convidados, mas aparecia mais tarde, para servir o chá ou tocar piano para as visitas.

No livro *Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia*, Mary Del Priore (1993) discute como a sociedade patriarcal portuguesa/brasileira<sup>5</sup> construiu os discursos, práticas e instituições que controlavam as mulheres (corpo, espírito e mente) e as confinava dentro da esfera privada da família. Ao mesmo tempo, no entanto, Del Priore argumenta que essas

<sup>5</sup> Refiro-me, aqui, a uma sociedade “portuguesa/brasileira”, visto que, durante o período colonial o Brasil ainda era uma parte do império português e o elemento sociocultural português ainda tinha uma forte influência sobre a organização da vida na colônia. Ao mesmo tempo, a referência a uma sociedade brasileira, mesmo durante o período colonial, tem a ver com as influências de uma natureza e uma geografia diversa da portuguesa, das culturas negras e indígenas entre outros fatores (por exemplo, as invasões francesas e holandesas e as lutas constantes com os espanhóis no sul do país) já estavam dando forma a uma sociedade brasileira com algumas características diferentes da portuguesa. Eu usaria o mesmo argumento com relação às outras colônias nas Américas: elas ainda faziam parte de uma sociedade metropolitana, mas, ao mesmo tempo, desenvolviam suas identidades próprias.

mulheres nunca foram simples objetos a serem controlados e estavam, dentro de uma margem de manobra bem estreita, sempre tentando renegociar uma posição melhor para elas próprias, enquanto, no processo, se tornavam côncias de suas próprias identidades.

Muitos homens portugueses assumiam mulheres indígenas ou negras como amantes ou concubinas e essas mulheres, em alguns casos, podiam ascender socialmente, ao mesmo tempo em que elas conseguiam manter sua mobilidade de não-brancas. Um dos melhores exemplos dessa forma de ascensão social foi a vida da ex-escrava Chica da Silva, que se tornou concubina de um dos homens mais ricos da colônia (FURTADO, 2003). Não quero, com isso, dizer que as relações sexuais entre as diferentes “raças”, etnias ou classes sociais recheada de cordialidade. O caso da ascensão social de mulheres não-brancas, embora não fosse raro, era exceção. Na maior parte das vezes, as relações sociais entre as diferentes “raças” e etnias eram permeadas pela violência, pelo arbítrio e pelo sadismo, da parte do lado mais forte dessa disputa.

De fato, a “aceitação” de mulheres de diferentes “raças” e etnias muitas vezes tinha o apoio, pelo menos tácito, quando não explícito, das políticas coloniais portuguesas, que objetivavam a colonização do vasto território da América portuguesa. Para conseguir manter o seu vasto império colonial que se estendia por todo planeta, Portugal, com a sua população restrita, teve de aceitar a miscigenação do seu povo com os povos colonizados. Essa era, em outras palavras, a política demográfica do império português (BOXER, 2002).

Isso, é claro, causou uma situação contraditória no que diz respeito a vida das mulheres no Brasil. Enquanto, de um lado, as mulheres brancas de classe alta ficavam confinadas à esfera doméstica, as mulheres negras e índias, embora fossem tratadas como membros de “raças” cativas e/ou inferiores, de muitas maneiras, usufruíam muito mais liberdade que as mulheres brancas de classe alta. Isso é

muito bem mostrado pelo relato de Adèle Toussaint-Samson, uma francesa que viveu no Rio de Janeiro durante o século XIX. No diálogo reproduzido abaixo, esse paradoxo aparente é totalmente revelado, quando ela escreva sobre a visita que fez a uma fazenda e sobre a conversa que teve com a esposa branca do proprietário rural.

— *A senhora parece triste, eu disse a ela.*

— *Eu sou muito infeliz, senhora, ela respondeu.*

— *A senhora não é esposa do proprietário?*

— *Sim, para o meu pesar.*

— *Como assim?*

— *Ele trata-me mal. Aquelas são suas amantes mulatas, ela continuou [...] que são as verdadeiras senhoras da fazenda. [...]*

— *Como a senhora consegue viver com ele? Deixe-o.*

*Ela olhou para mim profundamente espantada.*

— *Deixar meu marido, ela proferiu. E como eu viverei?*

— *A senhora trabalhará.*

— *Eu não sei como ganhar a vida; e as minhas crianças?*

— *O pai será obrigado a criá-las. [...]*

*A pobre mulher ouviu-me com toda atenção, tentando compreender e arregalando os seus grandes olhos.*

— *Isso é muito bom para a senhora, francesa, que sabe como ganhar o próprio pão, [...] mas nós, a quem nada nos foi ensinado, nós somos obrigadas a ser as criadas dos nossos maridos (TOUSSAINT-SAMSON, 2001, pp. 72-73, tradução nossa).*

Essa passagem é um exemplo, dentre tantos outros (LEITE, 1993, pp. 42-48; BINZER, 1994, pp. 47-56; QUINTANEIRO, 1996, pp. 38-45, 151-156) descrevendo como as estruturas patriarcais brasileiras, construídas durante a

época de sua colonização, como foi analisado por Mary Del Priore, e que permaneceram presentes mesmo muito tempo depois da independência política, subordinavam as mulheres brancas de classe alta aos seus maridos e confinava-as, sem nenhuma perspectiva de escapatória, a aspectos opressivos da vida familiar e do espaço doméstico.

O sistema de casamento que vinha desde os tempos coloniais é, ao mesmo tempo, reflexo e perpetuador das condições de vida e da posição das mulheres durante os tempos do império e além. Como Maria Beatriz Nizza da Silva coloca em sua obra *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*, as normas que regiam a prática do casamento no país, desde a colônia objetificavam a mulher, como se pode perceber nesta passagem sobre “A honra da mulher casada”:

*Quer do ponto de vista das normas religiosas, quer das normas jurídicas, a desigualdade entre os sexos resulta bem patente na questão do adultério. Numa obra publicada em fins do século XVII e intitulada Armas da castidade, o padre Manuel Bernardes consagra todo um capítulo à questão “Como se portará uma mulher casada, para não cair em adultério, ou já caída nele?”, sem que haja um capítulo equivalente sobre o homem casado. É certo que anteriormente respondera à questão “Com que considerações poderá um entrar em temor de Deus, para se abster do pecado de adultério”, mas aqui o adúltero não é o marido que comete o pecado de adultério contra a mulher, e sim o homem que dorme com mulher casada. Portanto, permanece a desigualdade entre os dois cônjuges no que se refere a esta matéria.*

*Para este autor, a mulher é para o consorte “peça de maior estima” do que a fazenda ou a saúde. “De sorte que se um homem pusesse fogo a todas as searas, casas e mais possessões de se próximo, e o enchera de cutiladas, e nomes afrontosos, não lhe faria (claro está) tão grave injúria como conhecendo a sua mulher. E é tão profunda a chaga da infâmia e*

*afronta que daqui resulta no inocente ofendido, que não se cura com o tempo; e sempre fica ressentido e envergonhado.” Donde se segue que “em que quase todas as nações, ainda as que carecem da polícia cristã, tem este delito pena de morte, e o marido impunidade, se a executar” (SILVA, 1984, pp. 191-192).*

Em suma, vê-se que o adultério se dava muito mais numa direção, da mulher em relação ao marido, do que na outra, e que a esposa era uma “possessão” do marido.

Tal situação não se confina apenas aos tempos coloniais, mas ainda permanece por na época do império. Porém, vai aos poucos se modificando. Um bom exemplo de que tal modificação de fato ocorria está no declínio e na extinção dote<sup>6</sup>. De acordo com Muriel Nazzari, na obra *O Desaparecimento do Dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*:

*À medida que o individualismo crescia e os negócios e a família se separavam, a prática do dote ia se tornando menos frequente. O estudo da amostra dos inventários de São Paulo do século XIX demonstra que a maioria das filhas se casava de mãos abanando e que as poucas famílias que ainda dotavam suas filhas concediam-lhes dotes relativamente menores e se despojavam de parte menos significativa de seus bens em favor dos dotes (NAZZARI, 2001, p. 189).*

<sup>6</sup> “O dote é uma instituição europeia que os portugueses, colonizadores do Brasil no século XVI, trouxeram com eles, juntamente com o cristianismo e outros implementos culturais europeus. De acordo com a lei e os costumes portugueses, conceder um dote a uma filha constituía dever dos pais, análogo ao dever de alimentar e cuidar dos filhos, e só era limitado pela amplitude dos recursos de que dispusessem. Na São Paulo do século XVII, a maior parte dos proprietários dava a suas filhas dotes de tal monta que, para o sustento do novo casal, as esposas contribuíam com a maior parte das terras, do gado, das ferramentas agrícolas e dos escravos necessários (NAZZARI, 2001, pp. 15-16).

Um pouco depois da passagem citada acima, a autora continua: “A mudança mais surpreendente na amostra é o pequeno número de famílias que dotaram suas filhas. Contra 91% no século XVII e 80% no século XVIII, somente 27% das famílias da amostra do século XIX concederam dotes a suas filhas” (NAZZARI, 2001, p. 189).

Esse é o retrato de mulheres que “sofreram durante séculos uma reclusão e obscuridade mouriscas” (HAHNER, 1990, p.xii, tradução nossa), como descrito por viajantes ocidentais que vieram ao Brasil. O fato de que muitos diários de viagem e cartas de viajantes europeus ou norte-americanos descreverem situações similares, com quase o mesmo grau de estranheza e desaprovação, deixa-nos a impressão de um antropólogo que olhasse a cultura brasileira a partir do ponto de vista de uma cultura supostamente “superior”. Na verdade, no entanto, muitas das características ressaltadas e criticadas como “estranhas” e até mesmo “exóticas”, no Brasil, eram legados da cultura e da civilização europeias (ocidental), como o capitalismo, o catolicismo, o sistema de casamento e o dote, e não resultado de alguma forma de “reclusão e obscuridade mouriscas”. Porém, da mesma forma como no caso descrito por Said, em relação ao oriente, houve, no caso brasileiro, a construção de uma hierarquia entre um *Sujeito*, o Ocidente (superior) e um Oriente “estranho” e “exótico”, o *Outro* (diferente e inferior).

### Conclusão

Por todo este trabalho eu sustentei que o Brasil (como o restante do continente americano) foi essencial para a construção e manutenção da economia-mundo capitalista. No entanto, isso não quer dizer que o país fosse reconhecido como uma parte integrante e importante do Ocidente. Muito pelo contrário, por causa de suas características de um país periférico, o Brasil foi colocado no limite entre o Ocidente e o Oriente. O país apresentava características tradicionais mais

fortes do que acontecia nos países centrais – muito embora estes também apresentassem suas próprias idiossincrasias. Por exemplo, havia, no caso brasileiro, um patriarcado tradicional muito forte – em oposição às formas modernas de patriarcado, presentes nos países centrais. Em outras palavras, enquanto as elites brasileiras sempre se sentiram como parte do mundo ocidental, esta não era a percepção dos europeus ocidentais e norte-americanos, quando olhavam para o Brasil.

Eu também sustentei que para se compreender corretamente a situação do Brasil durante o século XIX, nós devemos construir um enquadramento teórico integrando teoria pós-colonial e análise de sistema-mundo. Ao discutir o caso brasileiro eu tentei mostrar como as estruturas mais amplas do imperialismo e do colonialismo atuaram juntas na modelagem de uma sociedade que era, ao mesmo tempo, parte de Ocidente, devido à sua posição econômica no interior e na origem da economia-mundo europeia, desde os séculos XVI e XVII, quando esta ainda estava em formação, mas que era (é) visto também como um Oriente distante e exótico, principalmente pelo fato de ser, desde sua origem, uma sociedade mestiça e cheia de enormes contrastes sociais. Da mesma forma que a sociedade brasileira soube, no passado, selecionar costumes e valores e criar uma síntese única, deveríamos hoje, pensar a partir dos limites entre centro e periferia. Porém, não para mantermos uma sociedade elitista, mas sim para construirmos uma sociedade verdadeiramente justa e que garanta a convivência harmônica de todos os brasileiros, não importando o gênero, classe social e origem étnica.

## BIBLIOGRAFIA

- BHAVNANI, Kum-Kum. "Introduction," in: idem (ed.), *Feminism and 'Race.'* Oxford: Oxford University Press, 2001.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura.* Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português: 1415-1825.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- COSTA, Emilia Viotti da. *The Brazilian Empire: Myths and Histories.* Chicago: University of Chicago Press, 1985.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia.* 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ENGEL, Magali Gouveia. "Bernardo Pereira de Vasconcelos". In: Vainfas, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- ENGEL, Magali Gouveia. "Regresso". In: Vainfas, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- FALCON, Francisco, José Calazans. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada.* São Paulo: Ática, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador de Diamantes: O Outro Lado do Mito.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HAHNER, June E. *Emancipating the Female Sex: The Struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940.* USA: Duke University Press, 1990.
- HOBDEN, Stephen; JONES, Richard Wyn. "Marxist Theories of International Relations". In: BAYLIS, John; SMITH, Steve (Orgs.). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations.* 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- KIRKENDALL, Andrew J. *Class Mates: Male Student Culture and the Making of a Political Class in Nineteenth-Century Brazil.* Lincoln: University of Nebraska Press, 2002.
- LEITE, Míriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX.* São Paulo: HUCITEC / EDUSP, 1993.
- LEWIS, Reina. *Gendering Orientalism: Race, Femininity and Representation.* London: Routledge, 1995.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: Civilização e Poder no Brasil às Vésperas da Independência, 1808-1821.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MAURO, Frédéric. *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II (1831-1889).* São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1991.

MAXWELL, Kenneth. *Pombal, Paradox of the Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLMSTED, Jennifer C. "Orientalism and Economic Methods: (Re)Reading Feminist Economic Discussion of Islam." In: ZEIN-ELABDIN, Eiman O.; CHARUSHEELA, S. (Orgs.). *Postcolonialism Meets Economics*. London: Routledge, 2004.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. "Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System." *International Social Science Journal*. Paris: UNESCO, n. 134, nov. 1992.

QUINTANEIRO, Tania. *Retratos de Mulher: O Cotidiano Feminino no Brasil sob o Olhar de Viajeiros do Século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996.

RIBEIRO JR., José. "O Brasil Monárquico em Face das Repúblicas Americanas." In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. -

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books, 1994.

SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. London: Routledge, 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um Monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*.

SKIDMORE, Thomas E. *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*. New York: Oxford University Press, 1974. São Paulo: EDUSP, 1984.

TOUSSAINT-SAMSON, Adele. *A Parisian in Brazil: The Travel Account of a Frenchwoman in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Wilmington: Scholarly Books, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-System Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.